

## VOZES DE ANGOLA: A CONDIÇÃO LITERÁRIA DA HISTÓRIA

*Elio Chaves FLORES<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente artigo trata das relações entre literatura e história na África contemporânea. Discute especialmente a complexidade das temporalidades epistemológicas, história colonial e história pós-colonial, no contexto da formação do Estado Nacional em Angola. O problema é analisado a partir do romance *O Vendedor de Passados*, do escritor angolano José Eduardo Agualusa.

PALAVRAS-CHAVE: literatura, história, temporalidade.

*Também eu crio enredos, invento personagens,  
mas em vez de os deixar presos dentro de um  
livro, atiro-os para a realidade.*

(José Eduardo Agualusa)

Seria possível, num tempo de capitalismo iconoclasta, tornar a história uma mercadoria acessível a ávidos consumidores de passados, presentes e futuros? Uma cena poderia ser imaginada numa boutique de História: – Segure aqui, meu senhor – diria a jovem vendedora – o seu pacote com dez quilos de futuro e a loja vai lhe dar de brinde mais cinco quilos de passado. Muito obrigado! Não esqueça da promoção que estaremos realizando no dia das crianças: nas compras acima de vinte quilos de tempo presente, o cliente poderá concorrer a seis arrobas de passado para a família!

Pois o notável escritor angolano, José Eduardo Agualusa (2004), no seu mais recente romance, *O Vendedor de Passados*, teceu a trama desse tipo de negócio na África pós-colonial. O autor, embora construa a dimensão de um presente desterritorializado e, portanto, globalizado, privilegia um pedaço do continente, esse “mundo que o português criou”, expressão duvidosa de um pensador brasileiro que postulou até mesmo uma possível “lusotropicologia” ou “a civilização lusotropical” (FREYRE, 1940, 1953).

A narrativa centra-se na história de Angola que, há mais de meio século, ainda vive a realidade da guerra civil e as heranças do passado colonial que insiste em se fazer presente como destino político. O próprio mapa da República Popular de Angola, colocado depois de uma epígrafe de Jorge Luís Borges e antes do sumário, parece ser sintomático de territorialidades e temporalidades dramáticas. O mapa é branco, sobressaindo-se à divisão provincial pontilhada, os pontos pretos localizam as cidades angolanas, e, em detalhes acinzentados, aparece a rica hidrografia regional. Por isso, pude pintar de verde no próprio mapa as bases reais da ficção: Luanda, Huambo, Lubango, Chibia, Quibala, Gabela (AGUALUSA, 2004).

José Eduardo Agualusa nasceu em dezembro de 1960 na cidade do Huambo (Nova Lisboa no período colonial), planalto central de Angola, região mais próxima de Benguela do que de Luanda, os tradicionais portos atlânticos das saídas dos africanos diaspóricos. Os seus romances já foram traduzidos para diversas línguas. No Brasil, sua obra vem sendo editada e discutida por especialistas atentos aos novos talentos africanos. Merecem destaques os seguintes títulos: *Nação Crioula* (1998), *Estação das Chuvas* (2000), *Um Estranho em Goa* (2001) e *O Ano em que Zumbi Tomou o Rio* (2002). Jornalista ativo, Agualusa vive entre Lisboa e Luanda com o objetivo de

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal da Paraíba, coordenador do Programa de Pós-Graduação em História.

divulgar a cultura africana em Portugal. Seus vínculos com o Brasil são intensos, parece conhecer nosso africanismo desinteressado e não seria errôneo atribuí-lo uma identidade transatlântica.<sup>2</sup>

No romance referido, José Eduardo Agualusa cria um personagem enigmático com uma estranha profissão. Félix Ventura estampava no seu cartão de visitas: assegure a seus filhos um passado melhor. Na verdade, traficava memórias, vendia o passado, para uma nova burguesia que ele mesmo definiu como sendo composta de “empresários, ministros, fazendeiros, camanguistas, generais, gente, enfim, com o futuro assegurado. Falta a essas pessoas um bom passado, ancestrais ilustres, pergaminhos” (2004, p. 17). Félix Ventura dava-lhes um nome nobre e ilustrado, traçava-lhes a árvore genealógica, arranjava-lhes fotografias de avôs e bisavôs, tias do tempo antigo e os mais singelos sonhos dos tempos de antanho.

O narrador do romance é uma osga que se imiscuiu no espaço da casa de Félix Ventura e a tudo observa. Descobrimos seu nome no décimo sexto capítulo: Eulálio. É a testemunha ocular dos negócios do proprietário e, por isso, pode narrar os pormenores das ações e a ansiedade das vozes. Num dado capítulo se põe a filosofar sobre a mercadoria do parceiro de moradia e, como já vestira a pele de homem, descamba para uma sentença pessimista. Mas aqui se trata, efetivamente, da “filosofia de uma osga” (AGUALUSA, 2004, p. 59):

A única coisa que em mim não muda é o meu passado: a memória do meu passado humano. O passado costuma ser estável, está sempre lá, belo ou terrível, e lá ficará para sempre. Ao chegarmos a velhos apenas nos resta a certeza de que em breve seremos ainda mais velhos. Dizer que alguém é jovem não me parece uma expressão correta. Alguém está jovem, isso sim, da mesma forma que um copo se mantém intacto momentos antes de se estilhaçar no chão.

Antes, porém, ouvira a confissão de Félix Ventura que conhecera uma mulher extraordinária e seu nome seria revelado no contexto de uma frase atroz: “Ângela Lúcia está para as mulheres como a humanidade está para os símios” (p. 43). Ângela Lúcia era fotógrafa e se dizia colecionadora de luz.

O desenrolar da trama realmente começa com a procura de José Buchmann por um passado angolano. Ele era um estrangeiro, também fotógrafo, cuja voz possuía, segundo o narrador, uma sutil aspereza eslava, temperada pelo suave mel do português falado no Brasil. José Buchmann será o principal cliente de Félix Ventura. Quando os três se encontraram na varanda da casa, o narrador presenciou que Ângela Lúcia inquiriu José Buchmann sobre o seu passado. Então ele condensou décadas do passado contemporâneo, experiências globalizadas (AGUALUSA, 2004, p. 81),

Atravessi a última década sem morada certa, à deriva pelo mundo, fotografando guerras. Antes disso vivi no Rio de Janeiro, antes ainda em Berlim, e ainda antes em Lisboa. Fui para Portugal nos anos sessenta, estudar direito, mas não gostei do clima. Fazia muito silêncio. Fado, Fátima, futebol. No inverno, que podia acontecer em qualquer altura do ano, e normalmente acontecia, baixava do céu uma chuva de algas mortas. As ruas escureciam. As pessoas morriam de tristeza. Até os cães se enforcavam. Fugi. Primeiro fui para Paris, e de lá, com um amigo, para Berlim. Lavei pratos num restaurante grego. Trabalhei como recepcionista num bordel de luxo. Dei aulas de português a alemães. Cantei em bares. Posei como modelo para jovens estudantes de pintura. Um dia um amigo me ofereceu uma Canon F-1, que ainda hoje utilizo, e assim me tornei fotógrafo. Estive no Afeganistão em mil novecentos e oitenta e dois, do lado das tropas soviéticas... em Salvador, do lado da guerrilha... no Perú, dos dois lados... nas Malvinas, também dos dois lados... no Irão, durante a guerra do Iraque... no México, do lado dos zapatistas... Fotografei muito em Israel e na Palestina. Muito. Ali não falta trabalho.

<sup>2</sup> Ver o prefácio de Hermano Vianna para a edição brasileira de *Nação Crioula* (1998, p. 7-8).

Tratava-se, portanto, de um rico passado comprado ou, dito pelo seu avesso, de um passado generosamente vendido: simplesmente toda a segunda metade do século 20, cujo protagonista fotografou a história contemporânea. Essa situação saturada das temporalidades globais será magistralmente anunciada no capítulo “O mundo pequeno” quando José Buchmann, que havia saído pelo mundo a procura da mãe, envia correspondência ao homem que lhe vendera a genealogia. A citação vale a pena (AGUALUSA, 2004, pp. 107-8),

Sofro a nostalgia miúda desse tempo em que o carteiro nos trazia as cartas a casa, e da alegria, do susto também, com que as recebíamos, com que as abríamos, com que as líamos, e do cuidado com que, ao responder, escolhíamos as palavras, medindo-lhes o peso, avaliando a luz e o lume que ia nelas, sentindo-lhes a fragrância, porque sabíamos que seriam depois sopesadas, estudadas, cheiradas, saboreadas, e que algumas conseguiriam, eventualmente, escapar à voragem do tempo, para serem relidas muitos anos depois. Não suporto a grosseira informalidade das mensagens eletrônicas. Enfrento sempre com horror, um horror físico, um horror metafísico e moral, aquele ‘Oi!’ que nos foi imposto a partir do Brasil – como é possível levar a sério alguém que se nos dirige assim?

Essa interjeição abrangente e difusa – seria cordial? –, um imperialismo à brasileira, segundo o autor, corresponde ao que Fredric Jameson chamou de “surdez histórica” na “lógica cultural do capitalismo tardio” ao sugerir que os fenômenos culturais deveriam ser tratados “nos termos da economia política” (2004, pp. 13-25).<sup>3</sup> Pois esse horror moral, pasmem o leitor e a leitora, também significa o nome de grandes negócios virtuais. Agualusa tem toda a razão: nesse pedaço um tanto português da América, uma saudação inocente pode assassinar a literatura.

No capítulo “entre a vida e os livros” (AGUALUSA, 2004, pp. 101-2), o narrador rememora a sua humanidade e a descoberta dos prazeres na biblioteca da casa. A sua metamorfose não o impedia de continuar apreciando os livros. Este comentário é elucidativo: “agrada-me, por exemplo, Coetzee, o bóer, pela aspereza e a precisão, o desespero sem indulgência. Surpreendeu-me saber que os suecos distinguiram uma obra tão boa”. J. M. Coetzee, o escritor branco da África do Sul, ganhou o Nobel de Literatura em 2003 e seus livros não deixam de retratar as profundas segregações racialistas da África austral, como por exemplo, *Vida e Época de Michael K* (1983) e *Desonra* (1999). Deve-se notar que as relações entre Angola e a África do Sul não ficaram apenas nos livros. Há um passado cruento no período das guerrilhas e da segregação racial.

Ainda no mesmo capítulo, o narrador recorda a paixão pelos livros herdada da mãe, uma “mulher frágil e feroz”, segundo suas palavras. Ela dizia-lhe que a realidade era sempre dolorosa e imperfeita e para conseguir suportá-la seria necessário literatura. Eis um conselho: “Nos livros está tudo o que existe, muitas vezes em cores mais autênticas, e sem a dor verídica de tudo o que realmente existe. Entre a vida e os livros, meu filho, escolhe os livros”. Constatava também que na grande literatura os amores felizes eram raríssimos e alertava novamente o filho: “A felicidade é quase sempre uma irresponsabilidade” (2002, p. 102). Não estaria aí uma boa dose de ironia machadiana? Uma apropriação estilística de um certo pessimismo frente a uma realidade calcinada pela dor da guerra? Aliás, vender o passado já seria uma notável ironia a uma classe com um futuro razoavelmente assegurado. Como o de um ministro do governo que comprou a genealogia de Salvador Correia de Sá, o luso-brasílico que em 1648 libertou Luanda do domínio holandês.

A venda do passado ao ministro completar-se-ia com a venda das memórias que Félix Ventura estava escrevendo. Como se tratava de um personagem real, o Ministro de Estado com a pasta da Panificação e Lacticínios, a mão alugada costurava a realidade com ficção respeitando datas e fatos históricos. A tese era a de que a vida do ministro deveria se confundir com a história contemporânea de Angola. Decerto que teria um pouco da verdade que o ministro contaria a Félix Ventura, mas, fundamentalmente, haveria de conter a verdade que o vendedor de passados faria o ministro escrever. O narrador chegou a prescrever uma síntese da obra: “Assim que *A Vida Verdadeira de Um Combatente* for publicada, a história de Angola ganhará outra consistência, será mais História” (2004, p. 140). O livro seria, conforme o desejo do comprador daquele passado, referência a futuras obras que tratassem da luta de libertação nacional, dos anos conturbados que se

seguiram à independência e do amplo movimento de democratização do país. Um passado heróico e trágico que a sociedade angolana via presente nas ruas da capital, Luanda, palimpsesto imperfeito de uma estética da violência. É o que Félix Ventura conta a José Buchmann e que Agualusa compartilha com o leitor (2004, p. 162):

Luanda está cheia de pessoas que parecem muito lúcidas e de repente desatam a falar línguas impossíveis, ou a chorar sem motivo aparente, ou a rir, ou a praguejar. Algumas fazem tudo isso ao mesmo tempo. Um julgam que estão mortas. Outras estão mesmo mortas e ainda ninguém teve coragem de as informar. Um acreditam que podem voar. Outras acreditam tanto nisso que realmente voam. É uma feira de loucos, esta cidade, há por aí, por essas ruas em escombros, por esses musseques em volta, patologias que ainda nem sequer foram catalogadas.

Com efeito, a Luanda de todos os romances aparece sempre como uma territorialidade gelatinosa do Equador e, na guerra de independência, seria lembrada como uma cidade colonial pretensiosa e gordurosa. Na verdade, a capital angolana seria acusada por António Lobo Antunes: “detesto as tuas ruas sem destino, o teu Atlântico domesticado de barrela, o suor dos teus sovaços, o mau gosto estridente do teu luxo” (2003, p. 95).<sup>3</sup> Frantz Fanon profetizara mesmo que, na medida em que, “decidindo ser a história em atos”, a massa colonizada reivindicaria e assumiria as cidades interditas e, assim, agiria para “explodir e desmanchar o mundo colonial” (FANON, 1979). Percebe-se, pois, pela literatura e pela história, que os campos ensangüentados e as cidades dilaceradas constituem a dimensão mais candente da África pós-colonial. Essa parece ser a paisagem inconsútil de um “comboio em movimento” como sugeriu Agualusa. Mas devemos crer que Nelson Mandela não se emocionou em vão quando, ao falar sobre o renascimento africano, proferiu palavras imperativas em 1996: “– a reconciliação é uma exigência do momento histórico” (1998, p. 97).

O passado socialista da revolução angolana recebe, a meu ver, a mais dura crítica no romance de Agualusa. Essa mordaz ironia se manifesta na humanidade de Edmundo Barata dos Reis, um ex-agente do Ministério da Segurança do Estado. Edmundo foi apresentado a Félix Ventura e a Ângela Lúcia por José Buchmann. Fora preso no início da década de 1960, acusado de bombista, estratégia dos radicais para desestabilizar o regime colonialista português. Com a independência, em 1975, foi requisitado para as forças de segurança do Estado. Morou dois anos em Cuba, nove meses na Alemanha Oriental e seis anos na União Soviética. Assim, “temperado o aço, retornou à trincheira firme do socialismo em África”. Seria o último comunista ao sul do Equador (AGUALUSA, 2004, p. 158):

Não tinha vergonha de gritar – “sou comunista!”, numa altura em que seus chefes já só murmuravam, baixinho, “fui comunista”, e continuou a bradar, “sou comunista, sim, sou muito marxista-leninista!”, mesmo depois que a versão oficial passou a negar o passado socialista do país. (...) Abaixo o tribalismo. Abaixo o regionalismo. Viva o poder popular – não era assim que se dizia antes?

A ironia do narrador vai ainda mais longe quando ele informa que Edmundo Barata dos Reis vestia a camisa do Partido Comunista da URSS e dizia ser a sua própria pele e que tinha a foice e o martelo tatuados no peito. Ele apresentou-se a Félix Ventura como “ex-gente e ex-cidadão exemplar” e considerava-se também expoente dos excluídos, “excremento existencial, excrescência exígua e explosiva”. Desiludido com um passado que ajudara a construir, Edmundo Barata dos Reis via o presente angolano como uma grande fantasia: o governo, o sistema

---

<sup>3</sup> Um estudo de referência sobre Luanda nas narrativas contemporâneas consta em MACEDO, Tania. A presença de Luanda na literatura contemporânea em português. In: *Angola e Brasil: estudos comparados*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002, pp. 67-94.

judicial, o país. Mas a grande tese de “Barata” era que o homem máximo do poder tinha sempre um duplo, intrigando Félix Ventura e Ângela Lúcia que depois assistiriam imagens oficiais do Presidente nas reuniões ministeriais e nos parques públicos. Essas seriam versões de uma visão angolana da história, pois a história “permite a eclosão e a afirmação de fraternidades apaixonadas, sem as quais não poderia organizar-se a luta armada” (MARGARIDO, 1997).<sup>4</sup>

O clímax do romance é o capítulo que desfecha a trama com a revelação do passado político de José Buchmann, Ângela Lúcia e Edmundo Barata dos Reis. A tensão não é fortuita e ocasiona um crime. Edmundo Barata dos Reis tinha um passado de agente do Estado na época da Independência, em meados da década de 1970. José Buchmann era, na verdade, o fraccionista Pedro Gouveia, nascido em Lisboa e casado com a angolana Marta Martinho, encarcerada grávida por ser mulher de um fraccionista. Os fraccionistas, no tempo das lutas, colocavam “a Revolução em perigo”. Ângela Lúcia nascera na prisão, a mãe foi assassinada. Edmundo Barata, aos risos, contou que outro agente do Estado, depois de cortar o cordão umbilical com um canivete, acendeu um cigarro e começou a torturar o recém-nascido queimando-lhe as costas e o peito. Ângela Lúcia não conteve o passado, não vendido, mas agora revelado e alvejou Edmundo “ex-gente” Barata com um tiro no peito. Um pouco antes de José Buchmann e Edmundo Barata chegarem, ela havia, finalmente, correspondido às carícias de Félix Ventura. O título do capítulo é singular: o amor, um crime. Esse capítulo lembra muito a conferência de uma pesquisadora francesa sobre o nacionalismo na Angola libertada, cujo título seria a própria observação de um militante africanista: “entre nós, até o passado é imprevisível” (MESSIANT, 1997, pp. 31-36).<sup>5</sup>

A simplicidade da seqüência narrativa no romance de Agualusa impressiona: o morto foi enterrado no local do crime, o passado fantasmagórico de Pedro Gouveia havia sido desfeito, pois ele retornara a Angola justamente para matar Edmundo Barata dos Reis. Seguiu a vida de José Buchmann e regressou à Chibia, no sul de Angola. Ângela Lúcia viajou para o Brasil e enviou notícias e fotografias para Félix Ventura dizendo que estava na região amazônica. Este comentou ao pai dela numa visita a Chibia: “Deve estar neste momento a descer o Amazonas numa daquelas barcaças lentas, preguiçosas, que à noite se cobrem de redes de dormir. Há muito céu por ali” (2004, p. 194).

A trama contempla o leitor com um capítulo inusitado sobre um homem sem rosto. Trata-se de um mascarado que, ao ter o rosto roubado, por saber de muitas coisas, tornou-se, afinal, um homem livre, sem os constrangimentos dos poderes. Seria o Presidente ou um dos seus duplos? Dizia ser um indivíduo sem necessidades e sem responsabilidades. Ocorre que esse homem sem rosto também queria comprar um passado. Mas não um passado pomposo, ele deveria ser, antes de tudo, vulgar e convincente: “Quero que me dê um passado humilde. Um nome sem brilho. Uma genealogia obscura e irrefutável” (2004, p. 186). Não seria a metáfora de uma Angola pós-colonial a procura de seu próprio rosto, do estilhamento do heroísmo singular? Talvez esteja aí nesse curto capítulo, que inverte a lógica de toda a narrativa, o ponto nodal do romance. Lembre-se aqui do clássico artigo de Stuart Hall, “Quando foi o pós-colonial?”, onde ele considera o “hibridismo, o sincretismo, as temporalidades multidimensionais, as duplas inscrições dos tempos colonial e metropolitano” (2003, pp. 101-128).

Há dois eventos no último capítulo que dão ao romance de Agualusa um final impetuoso, podemos dizer. O primeiro deles é a morte do narrador. Eulálio, a osga que tem a palavra na maior parte da narrativa e que põe ação e discurso na boca dos protagonistas, é encontrado morto por Félix Ventura. Morreu em combate com um escorpião. Então Félix Ventura começa a escrever um diário na ilusão de que alguém ainda lhe escuta e, pelas suas informações, o leitor sabe que Ângela Lúcia deslocou-se dos rios amazônicos para as águas do Nordeste, enviando-lhe postais de São Luís do

<sup>4</sup> Para uma visão geral do que se convencionou chamar o ultracolonialismo português, a resistência angolana e os intelectuais marxistas na luta armada, ver HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005, pp. 503-20 e 562-84.

<sup>5</sup> Resumos das conferências e comunicações do *II Seminário Internacional de História de Angola*. Luanda, 04 a 09 de agosto de 1997.

Maranhão e do Delta do Parnaíba. Félix Ventura não teve dúvida, comprou bilhete para Fortaleza, com escala no Rio de Janeiro, na certeza de um encontro com a sua musa.

Nas suas derradeiras palavras, ao situar-se como narrador, *O Vendedor de Passados* confessou-se animista, resgata um líder negro afro-americano para se afirmar não reflexivo, mas protagonista (AGUALUSA, 2004, pp. 198-9):

Sou animista. Sempre fui, mas só há pouco isso me ocorreu. Passa-se com a alma algo semelhante ao que acontece à água: flui. Hoje está um rio. Amanhã estará mar. (...) Vem-me à memória a imagem a preto e branco de Martin Luther King, discursando à multidão: *eu tive um sonho*. Ele deveria ter dito antes: *eu fiz um sonho*. Há alguma diferença, pensando bem, entre ter um sonho ou fazer um sonho.

Mas essas derradeiras palavras apenas dão o clima apoteótico ao que é recorrente no romance de Agualusa e, não por acaso, os construtores de sonhos das Áfricas americanas estão vivos, página após página. A ironia inescapável parece ser sempre a de estar vivo, pois ninguém glosa dos desaparecidos da história. Essa dimensão da obra de Agualusa precisa ser afirmada: as afinidades translocais e cosmopolitas de Angola com o Atlântico Negro. Essa expressão diaspórica, “Atlântico Negro”, parece dizer muito para a poética contemporânea tão rica nas “cartografias de culturas viajantes” (GILROY, 2001, pp. 9-30).

Para finalizar, lembraria que não faz mais de setecentos dias que a guerra civil cedeu lugar a uma paz armada em Angola. E as minas ainda explodem na terra africana mutilando gerações dos sonhos de liberdade. Mas não há como ver no romance de José Eduardo Agualusa qualquer pessimismo histórico. Ao contrário, os sonhos somente podem ser feitos na História. Destarte, a última indagação a ser considerada a partir desse ágil romance do escritor angolano somente poderia ser esta: haveria alguma literatura fora da História, as novas narrativas seriam capazes de inventar temporalidades virtuais, sem a refiguração do tempo e da duração?

## REFERÊNCIAS

- AGUALUSA, José Eduardo. *O vendedor de passados*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- \_\_\_\_\_. *Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível lusotropicologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- GILROY, Paul. *Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2004.
- MACEDO, Tania. *Angola e Brasil: estudos comparados*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.
- MANDELA, Nelson. *Vencer é possível: democracia sem exclusão, globalização com soberania*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.
- MARGARIDO, Alfredo. Relações entre projecto político e a organização do discurso da História. In: *II Seminário Internacional de História de Angola*. Conferência. Luanda, 4 a 9 de agosto de 1997.
- MESSIANT, Christine. “Entre nós, até o passado é impossível” – A história do nacionalismo angolano e, em particular, do MPA: a propósito das fontes, da necessidade de sua crítica e das exigências actuais da investigação. In: *II Seminário Internacional de História de Angola*. Conferência. Luanda, 4 a 9 de agosto de 1997.
- VIANNA, Hermano. Prefácio à edição brasileira de *Nação crioula*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998, pp. 7-8.